

A floresta como residência

Mais de 350 pessoas vivem no Parque Nacional da Tijuca e deverão ser removidas

Marco Antônio Teixeira

Daniela Matta

Para mais de 350 pessoas, o Parque Nacional da Tijuca é mais do que uma área de lazer. É endereço. Um levantamento que está sendo feito pelo Instituto Superior de Estudos Religiosos (Iser) revelou que mais de 80 famílias moram em casas construídas dentro da área de 3.200 hectares de Mata Atlântica, declarada reserva da biosfera pela Unesco. Algumas há mais de 60 anos. Menos de 10% pagam algum tipo de taxa. Mas essa situação pode estar chegando ao fim. Quando o relatório do Iser for concluído, dentro de 15 dias, serão iniciadas as negociações com os moradores. O objetivo é que todas as famílias sejam transferidas ainda esse ano.

— Por lei, essas pessoas não podem morar no parque. Mas elas não serão simplesmente retiradas de suas casas. Não queremos despejá-las. Existe a compreensão do problema social — afirma Daniel Sarmento, procurador da República.

O levantamento do número de pessoas que moram na área começou a ser feito a pedido da Procuradoria Geral da República, que, no ano passado, depois de uma inspeção, instaurou uma investigação para regularizar a situação. A transferência das famílias, afirma Sarmento, já deveria ter começado. O objetivo inicial era de que algumas delas — que vivem em áreas consideradas de risco — já estivessem morando em locais seguros na época das chuvas de verão. A retirada dessas pessoas que estão próximas aos leitos dos rios e de encostas é considerada emergencial. Depois que essa etapa for concluída, a meta é transferir, ainda este ano, o restante dos moradores que não tem ligação atualmente com o parque.

— A permanência é ilegal porque não existe o recurso de usucapião para áreas públicas — afirma o procurador.

Administração do parque teme favelização da floresta

Além de ser ilegal residir em áreas de preservação ambiental, Daniel Sarmento salienta que em alguns casos as pessoas acabam contribuindo para a degradação da área. A própria administração do parque teme um processo de favelização. Algumas famílias expandem suas casas ou constroem novas nos fundos do terreno, aumentando a devastação da floresta. O lixo que se acumula em algumas encostas também contribui para a degradação da área de proteção ambiental. Além disso, existem casos de pessoas que estão montando negócios — como conserto de aparelhos eletrônicos — em suas casas. Algumas casas, por exemplo, já têm outras duas construções como vizinhas.

Os imóveis estão construídos em três pontos do parque: Pedra Bonita, Floresta da Tijuca e Paineiras. A maioria das famílias é de funcionários ou de pessoas que já trabalharam em órgãos vinculados à floresta. Foram levadas para ali pelo próprio poder público. Hercília do Nascimento é um exemplo. Há 43 anos, ela mora no meio da floresta, na companhia do pai que era encarregado de cuidar da limpeza do parque. Ele já

se aposentou há mais de dez anos.

— Passei minha vida aqui, no meio de toda essa paz. Como seria viver em outro local? — afirma Hercília, que hoje ajuda na manutenção da floresta.

Ela, no entanto, não se recusa a sair do parque. Sua casa — sede de uma antiga fazenda — é uma das que estão em pior estado de conservação. O telhado é coberto de grandes sacos pretos para impedir a entrada da água das chuvas, as paredes estão rachadas e o piso, cheio de buracos. Luz, só de velas ou de lampião. O primeiro andar do imóvel já não pode ser usado. A família teme que a casa desmorone num temporal.

— Tenho que dar graças a Deus se me arranjam um outro lugar para morar — afirma.

Mas a beleza do local muitas vezes compensa os problemas. A casa de dois andares de Hercília já foi até mesmo usada como cenário de um filme ambientado no século 19 e tem como jardim um bosque de eucalipto, inaugurado em 1948 pelo prefeito Mendes de Moraes. Mas, saudades mesmo, Hercília diz que vai sentir da calma da floresta.

Moradora diz que será difícil viver distante da floresta

Outra que deverá sentir falta da tranquilidade do local é Maria do Carmo Gonzaga. Desde que se casou, há 30 anos, ela mora numa casa construída na floresta. Foi ali que criou os dois filhos, na companhia dos sogros. O pai do seu marido era funcionário da Prefeitura e morreu há quatro anos. Maria do Carmo não se recusa a sair dali, mas será difícil se acostumar à vida na cidade grande. Hoje, raramente ela percorre os quatro quilômetros que separam a sua casa da entrada do parque. Só quando vai ao médico ou à igreja.

— Se nos tirarem daqui virei todos os dias passear na floresta. Viver sem toda essa beleza vai ser muito difícil — diz Maria do Carmo.

Uma das alternativas que estão sendo intermediadas pela Procuradoria Geral da República é que, através de uma parceria entre a direção do parque, a Prefeitura e a delegacia do Patrimônio da União, algumas famílias sejam transferidas para um terreno público no Alto da Boa Vista. De acordo com o subprefeito da Tijuca, Marcelo Seixas, todos os casos serão analisados para que se estabeleça quem tem direito realmente à ajuda no momento da retirada.

— Legalmente é possível tirar essas pessoas de uma hora para a outra. Mas eticamente não. Elas têm uma relação forte com o parque. O que ocorreu aqui nas últimas décadas é ressonância do processo de degradação que aconteceu no resto da cidade — afirma Sônia Peixoto, chefe do parque até o início da semana e que agora faz parte do quadro técnico do Ibama.

Apesar da determinação de transferir as famílias, o futuro que será dado às casas ainda é incerto. A maioria das construções não tem qualquer valor histórico. Algumas poucas, no entanto, vão ser restauradas. A de Hercília, por exemplo, deve virar o Museu do Café, onde serão expostos objetos e documentos sobre a história daquela área que, um dia, já foi uma grande plantação. ■

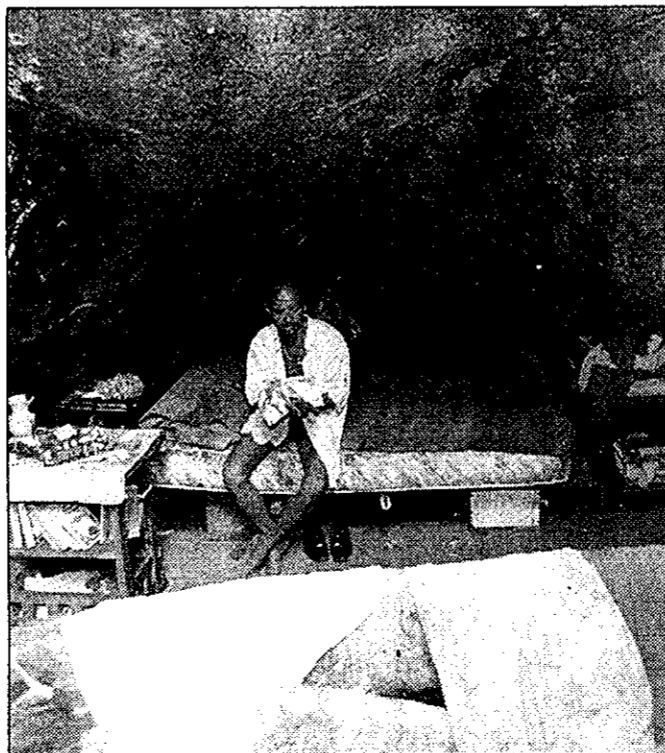


UM DOS IMÓVEIS existentes no Parque Nacional da Tijuca, ocupado por 80 famílias irregularmente: a maioria não tem valor histórico

Sem teto, mas com vista para o mar

Severino mora num buraco de pedra na pista ao lado da Praia Vermelha

William de Moura



SEVERINO GOMES diz que está ali para ajudar a manter o local

Selma Schmidt

• Nem mesmo as áreas vigiadas pelo Exército passam incólumes às invasões. A presença constante de um soldado da Escola do Estado Maior do Exército, na entrada, e o fechamento dos portões às 18h não servem de barreira para impedir a ocupação de um trecho de mata atlântica, junto à pista Cláudio Coutinho, na Praia Vermelha. Na altura dos 700 metros de pista, em meio à floresta, uma pedra serve de cobertura para um quarto improvisado e uma figueira centenária é usada como um dos pontos de apoio para o varal do morador privilegiado, Severino Gomes, de 47 anos. Na casa com vista para o verde e o mar, não falta nem mesmo um cão vira-lata para fazer a segurança.

A ocupação não é recente. Severino garante que mora ali há 20 anos. Todos na área o conhecem como Russo. Ele diz que veio para o Rio em 1975 e que sempre sonhou em morar na mata, cercado de verde e de animais. Hoje, diz que ajuda a manter a floresta, impedindo outras pessoas de montarem barracos na região e de aprisionarem bichos.

Com seus 1,25 km de extensão, a pista Cláudio Coutinho é uma área municipal. Apesar disso, a Secretaria municipal de Meio Ambiente garantiu que o controle do espaço está sob a responsabilidade dos militares. Mas o assessor de imprensa do Comando Militar do Leste, coronel Gérson Ribeiro, afirmou que cabe à Prefeitura por ser a dona da área, e não ao Exército, impedir invasões no local.